UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS

Camila Lemos de Melo

**FOMENTO À INTEGRIDADE NA GESTÃO LOCAL: UMA NOVA
PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO E
EUROPEU**

Santa Cruz do Sul
2023

Camila Lemos de Melo

**FOMENTO À INTEGRIDADE NA GESTÃO LOCAL: UMA NOVA
PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO E
EUROPEU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Hermany
Co-Orientador: Carlos Abreu Amorim

Santa Cruz do Sul

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Lemos de Melo , Camila

FOMENTO À INTEGRIDADE NA GESTÃO LOCAL: UMA NOVA PERSPECTIVA DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO E EUROPEU / Camila
Lemos de Melo . – 2023.

171 f. : il. ; 35 cm.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz
do Sul, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Hermany.

Coorientação: Prof. Dr. Carlos Abreu Amorim.

1. Administração Pública. 2. Compliance Público. 3. Entes
locais. 4. Gestão de Riscos. 5. Integridade. I. Hermany, Ricardo.
II. Abreu Amorim, Carlos. III. Título.

*“Imaginar que o direito deve ser o mesmo em toda parte é uma concepção tão falsa
como a de submeter todos os doentes ao mesmo tratamento”
Rudolf von Jhering*

Ao meu pai Álvaro André (in memoriam) pelo apoio e amor incondicional em vida.

À minha mãe Glaziela, pelo suporte incondicional nesta trajetória.

AGREDECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado nunca é trabalho de uma só pessoa, pois nos bastidores sempre existem mentes e braços que corroboram para a transformação do projeto em realidade. Dessa forma, agradeço:

Ao meu orientador Doutor Ricardo Hermany, não apenas por mostrar os caminhos e pistas a seguir no estudo do Direito Administrativo, mas por todos os ensinamentos compartilhados em nossas orientações e viagens de pesquisa.

Ao meu coorientador Doutor Carlos Eduardo de Abreu Amorim, pela querida recepção nas terras lusitanas, pelas histórias compartilhadas e pelo estímulo do amor à Administração Pública e suas formas de gestão.

À minha mãe, por estar sempre lá, pronta para ouvir e ajudar, nos grandes e pequenos momentos, como só as mães sabem. Ao meu querido irmão, exemplo de persistência e sucesso, por nunca soltar a minha mão, independente da distância e das adversidades.

À memória do meu Pai Álvaro André, a qual permanecerá sempre viva assim como o seu exemplo eternamente será referência na minha vida.

Ao meu marido e companheiro de vida Henrique, por ser o meu maior apoiador, sempre disposto a cuidar de mim, da nossa casa, do nosso cusco Dante e assim, contribuir para concretização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGD – UNISC), professores e funcionários pelos ensinamentos e pela acolhida.

Aos queridos colegas e amigos que compartilharam a jornada do mestrado, o caminho seria mais árduo se não tivesse vocês para dividir os anseios e as glórias da academia jurídica, em especial, aos queridos amigos Clarisse, Dérique, Joana Capela, Letícia, Marcela e Thais pela amizade construída, pelas alegrias e histórias vividas. Vocês são especiais!

RESUMO

A presente dissertação trata dos programas de integridade na Administração Pública Local como instrumento de fomento à cultura de integridade e, conseqüentemente, de combate à corrupção, diante da sua implementação no contexto brasileiro e europeu, nas últimas décadas. O problema de pesquisa da presente dissertação é: a aplicabilidade dos programas de *compliance* na Administração Pública, a partir do pilar gestão de risco de integridade, como um instrumento de boa governança, contribui para o fomento da cultura de integridade e, conseqüentemente, para o combate à corrupção no setor público local do Brasil e da União Europeia? O objetivo geral visa analisar a aplicabilidade dos programas de *compliance* na Administração Pública Local como um instrumento de governança pública, a partir do pilar de gestão de riscos de integridade como contributo para o fomento da cultura de integridade e, para o combate à corrupção no setor público local do Brasil e da União Europeia, a partir de três objetivos específicos. Utilizou-se o método de procedimento monográfico e histórico e o método de abordagem dedutivo. Adotou-se a técnica de pesquisa voltada para a documentação indireta observando o fundamento das legislações existentes e de estudos bibliográficos. O estudo possui como base teórica o pensamento sobre a relevância dos entes locais com Gilberto Bercovici e Antonio Candido Oliveira, além de autores sobre integridade na administração pública como Marcelo Zenkner e Irene Nohara. O tema proposto ajusta-se à linha de pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social, da linha de Concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Direito da União Europeia, da Universidade do Minho. Como principal resultado, verificou-se a importância do desenvolvimento da cultura da integridade com a gestão de risco de integridade pública, a partir da aplicação de programas de *compliance* público ou integridade pelos entes locais quando a governança, os programas de *compliance* públicos e de integridade, juntamente com a gestão de risco de integridade alinham-se, possuem os mesmos propósitos: fomentar a integridade pública, a transparência, a probidade e a eficácia na gestão dos serviços públicos. Assim, conferem legitimidade ética e jurídica no combate a corrupção ao promover a integridade como uma cultura transformadora da atuação dos gestores públicos locais.

Palavras-chave: Administração Pública Local; Compliance; Gestão de Risco; Integridade Pública.

ABSTRACT

This dissertation deals with integrity programs in Local Public Administration as an instrument to promote the culture of integrity and, consequently, to combat corruption, in view of its implementation in the Brazilian and European context, in recent decades. The research problem of this dissertation is: the applicability of compliance programs in Public Administration, based on the integrity risk management pillar, as an instrument of good governance, contributes to the promotion of a culture of integrity and, consequently, to the combating corruption in the local public sector in Brazil and the European Union? The overall objective is to analyze the applicability of compliance programs in Local Public Administration as a public governance instrument, based on the pillar of integrity risk management as a contribution to fostering a culture of integrity and to combating corruption in the sector. local public in Brazil and the European Union, based on three specific objectives. The monographic and historical procedure method and the deductive approach method were used. The research technique focused on indirect documentation was adopted, observing the basis of existing legislation and bibliographic studies. The study has as a theoretical basis the thought about the relevance of local entities with Gilberto Bercovici and Antonio Candido Oliveira, as well as authors on integrity in public administration such as Marcelo Zenkner and Irene Nohara. The proposed topic fits the line of research Public Policies for Social Inclusion, the line of Concentration in Social Demands and Public Policies of the Graduate Program in Law at the University of Santa Cruz do Sul and the Graduate Program in Law of the European Union, University of Minho. As a main result, the importance of developing a culture of integrity with public integrity risk management was verified, based on the application of public compliance or integrity programs by local entities when governance, public compliance and integrity programs , along with integrity risk management are aligned, have the same purposes: to promote public integrity, transparency, probity and efficiency in the management of public services. Thus, they confer ethical and legal legitimacy in the fight against corruption by promoting integrity as a transforming culture in the performance of local public managers.

Keywords: Local Public Administration; Compliance; Risk management; Public Integrity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2.	EMPODERAMENTO DO ESPAÇO LOCAL: A CONTRUÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA DEMOCRÁTICA E INTEGRADA.....	17
2.1	A CONSOLIDAÇÃO DO PODER LOCAL COMO ESPAÇO DA REALIZAÇÃO DA POLÍTICA CONCEITUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	17
2.2	APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA LOCAL ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA.....	25
2.3	A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRIDADE NA BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	31
2.4	O PODER LOCAL E A INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	
3	PRESSUPOSTOS JURÍDICOS-NORMATIVOS DE FOMENTO DA INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL.....	55
3.1	PRINCIPAIS MARCOS NORMATIVOS DE FOMENTO A INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	55
3.2	AS DIRETIVAS EUROPEIAS E SEUS CONTRIBUTOS PARA A GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA.....	61
3.3	SISTEMAS DE INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E EUROPEIA.....	76
3.4	INTEGRIDADE E OS NOVOS PARADIGMAS DA GESTÃO PÚBLICA.....	83
3.	GESTÃO DE RISCOS DE INTEGRIDADE NA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA: UM PILAR DO COMPLIANCE PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE MITIGAÇÃO DE ATOS CORRUPTIVOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA.....	95
3.1	DESAFIOS DA GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EUROPEIA E BRASILEIRA...95	
3.2	A APLICAÇÃO DO COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PERSPECTIVA EUROPEIA E BRASILEIRA.....	104
3.3	GESTÃO DE RISCO DE INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	117
3.4	PERSPECTIVAS APLICADAS DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NA	

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é orientada pela constatação empírica de ingerência Estatal por múltiplos fatores, em específico à corrupção e seus efeitos na administração pública e para sociedade, razão da inquietação que motivou a investigação sobre a aplicação de programas de *Compliance* público anticorrupção como instrumento de governança e de gestão de riscos de integridade na Administração Pública Local no contexto brasileiro e europeu.

A delimitação de conteúdo, temporal e espacial, da presente pesquisa, centrar-se no fomento à integridade na Administração Pública Local a partir do estudo da gestão de risco de integridade presente nos programas de *Compliance* público, com base no marco normativo da Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção brasileira; nos artigos 83º e 325º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), os quais estabelecem o dever de tomar medidas protetivas ao orçamento da EU por esta e por seus Estados-Membros, dentre elas, o combate à corrupção.

No âmbito da administração pública, a governança possui papel extremamente importante para a contribuição de tomadas de decisões mais acertadas dos gestores públicos, bem como, para uma melhor utilização dos recursos públicos. Nesse sentido, a gestão de riscos na Administração Pública atua como instrumento de controle interno e de governança a qual caracteriza-se como um conjunto de políticas, procedimentos e atividades que a administração adota para gerenciar os seus objetivos, mediante o tratamento de riscos a ela associados.

A prática de atos corruptivos na esfera pública assombra a sociedade e reflete diretamente na credibilidade das instituições públicas, dos gestores públicos e que na medida em que se propaga, enfraquece os institutos democráticos existentes. A busca por instrumentos eficazes de combate à corrupção é incessante e historicamente tem-se o surgimento dos programas de *compliance*. Inicialmente criados nos Estados Unidos e no Reino Unido, para empresas privadas têm se propagado e se adaptado às mais distintas realidades, incluindo a esfera pública.

Dessa forma, entre os sistemas de controle interno, o programa de *compliance* destaca-se como um dos braços do controle interno na medida em que auxilia na segurança de que os colaboradores não violem regras, regulações ou normas aplicáveis além de demonstrar o comprometimento com a ética, transparência e governança corporativa. Assim, os programas de *compliance* públicos atuam como

um instrumento de governança pública que tende a estabelecer, de acordo com a realidade de cada ente público, políticas e diretrizes de gestão com o intuito de fomentar a transparência, probidade e eficácia no serviço público.

Integra a presente análise o problema a ser investigado: a aplicabilidade dos programas de *compliance* na Administração Pública, a partir do pilar gestão de risco de integridade, como um instrumento de boa governança, contribui para o fomento da cultura de integridade e, conseqüentemente, para o combate à corrupção na Administração Pública Local do Brasil e da União Europeia?

A hipótese levantada foi que os programas de *compliance* público no Brasil e na União Europeia são um instrumento jurídico que embora não tenha condão para evitar retrocessos sociais, confere legitimidade ética e jurídica no combate à corrupção ao fomentar a integridade como uma cultura transformadora da atuação da administração pública frente aos cidadãos.

A partir deste ideal, com enfoque nos princípios administrativos da boa administração e da boa governança, tem-se como objetivo geral da presente dissertação: analisar a aplicabilidade dos programas de *compliance* na Administração Pública local como um instrumento de governança pública, a partir do pilar de gestão de riscos de integridade como contributo para o fomento da cultura de integridade e para o combate à corrupção no setor público local do Brasil e da União Europeia.

Os objetivos específicos concentram-se em: a) descrever aspectos históricos importantes relativos à consolidação do poder local no Brasil e na União Europeia, bem como, a relação da integridade com o poder local sob a ótica do princípio da boa administração pública; b) apresentar os principais pressupostos jurídicos-normativos de fomento à integridade na Administração Pública Local por meio dos marcos normativos basilares de estímulo à integridade na administração pública brasileira e europeia de contributo para a boa governança administrativa, e os reflexos das estruturas de gerenciamento de riscos de integridade na administração pública brasileira e europeia c) discorrer sobre o instituto dos Programas de Integridade Pública na perspectiva brasileira e europeia e discutir as possibilidades de aplicação destes programas na gestão pública local como um instrumento de fomento à cultura da integridade na esfera administrativa.

Adotou-se o método de procedimento monográfico e histórico, pois verifica-se como a evolução da legislação contribuiu para o estímulo das técnicas de *compliance* no âmbito da Administração Pública. O método de abordagem utilizado na realização

do estudo é o método dedutivo pois parte-se de uma premissa geral – os programas de integridade na administração pública – para uma premissa específica – a aplicação dos programas de integridade pública em entes locais no âmbito do Brasil e da União Europeia, como instrumento de fomento à cultura de integridade. As técnicas de pesquisa adotadas voltam-se à documentação indireta, bibliográficas e as documentais, com consulta de livros, artigos, periódicos e teses.

Justifica-se a escolha do tema a ser abordado no presente trabalho, devido à relevância das técnicas de boa governança como forma de integração do ordenamento jurídico brasileiro nas atividades práticas do setor público e de combate a corrupção. Desta forma, primordial o entendimento dos mecanismos de integridade na esfera pública local como ferramenta de promoção da cultura da integridade e anticorrupção na esfera pública, principalmente em âmbito local.

Trata-se de um estudo incipiente, diante da alteração do cenário mundial ao que tange às práticas de integridade e combate à corrupção, estabelecendo a possibilidade de constituição dos programas de integridade na Administração Pública Local como um instrumento de gestão e prática de boa governança, capaz auxiliar na prevenção, detecção e mitigação os principais riscos de corrupção no setor público local do Brasil e da União Europeia.

A relevância da investigação aqui empreendida revela-se se a partir dos danos que a corrupção gera para a sociedade, em distintas dimensões, principalmente no campo da gestão políticas por afetar os menos favorecidos economicamente. Portanto, a corrupção pode ser considerada como um fator de desigualdade social e, conseqüentemente, de deslegitimação da democracia. No que tange a isso, a aplicação dos programas de integridade, uma vez empregados na Administração Pública, com foco nos entes locais, pode contribuir para disseminação da cultura de integridade e reduzir os índices de corrupção através da gestão de risco de integridade pelos entes públicos.

Nesse sentido, a pesquisa da *Global Shapers Annual Survey* de 2020 (GLOBAL SHAPER ANNUAL SURVEY, 2020) prevê que além dos confrontos econômicos e da polarização da política, o descontentamento dos cidadãos endureceu com sistemas que falharam em promover o avanço de políticas de melhoria, como as práticas anticorruptivas. A desaprovação como os governos estão abordando questões econômicas e sociais profundas provocou protestos em todo o mundo, potencialmente enfraquecendo a capacidade dos governos de tomar medidas decisivas. E, sem

estabilidade econômica e social, os países podem não ter os recursos financeiros, margem fiscal, capital político ou apoio social necessários para enfrentar os principais riscos globais.

No Brasil a corrupção foi eleita como um dos principais problemas do país, conforme pesquisa do Instituto Atlas. No mundo, o custo estimado da corrupção perfaz o equivalente de 5% do PIB global conforme dados do FMI e da ONU, correspondendo à 6,5 trilhões de dólares, ou seja, quase cinco vezes o valor produzido no Brasil no ano de 2020. De acordo com o último ranking de transparência internacional que mede a percepção da corrupção com a aplicação de notas de 0 a 100, o Brasil nunca ultrapassou o índice de 50 pontos e, ultimamente, vem perdendo posições, com atualmente 38 pontos (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONA, 2022)

Assim sendo, a aplicação de programas de integridade pública como possíveis instrumentos de combate à corrupção na Administração Pública Local é fundamental para preservar o Estado de Direito e manter a confiança dos cidadãos nas instituições públicas ao disseminar a cultura de integridade. Cabe à gestão de risco de integridade, dentro dos programas de *compliance* públicos, auxiliar na estratégia de estimular a integridade e combater a corrupção, de viável adoção na Brasil e na União Europeia, como será problematizado ao longo deste trabalho.

Tendo em vista que o cenário mundial vem sofrendo diversas alterações ao que tange às práticas de integridade e combate à corrupção, considera-se a crise política e institucional vivenciada pelo Brasil na última década devido à exposição de fraudes e atos lesivos ao erário público, de suma relevância a compreensão dos mecanismos de *compliance* capazes de fomentar a integridade na Administração Pública, bem como, as iniciativas da União Europeia e de seus Estados-Membros pois de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção de 2021 (IPC) tem-se que os Estados-Membros da UE continuam a incluir-se no grupo com melhores resultados a nível mundial. Dez Estados-Membros estão entre os vinte países considerados como os menos corruptos do mundo. Seis Estados-Membros (Dinamarca, Finlândia, Suécia, Países Baixos, Alemanha e Luxemburgo) registam uma pontuação acima de 80/100 no índice, ao passo que cinco outros (Áustria, Bélgica, Estónia, Irlanda e França) registam uma pontuação acima de 71/100 (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONA, 2022). Alguns Estados-Membros, embora permaneçam abaixo da média da UE (63/100), melhoraram as suas pontuações nos últimos cinco anos (Espanha, Itália e

Grécia). Noutros verificou-se uma deterioração significativa dos níveis de percepção da corrupção (Polónia, Malta e Hungria) (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONA, 2021).

Dessa forma, considerando as vertentes corruptivas introduzidas no Estado é preciso conjecturar formas de combate efetivo a tais práticas, e, observa-se a priori que a aplicação dos programas de integridade como instrumento de gestão pública e de boa governança seja um meio eficaz de combate à corrupção atual e à crise de governança presente na Administração Pública, com enfoque na aplicação na esfera local, pois atuam como aguilhoamento da integridade.

O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise não exaustiva das estratégias preventivas atualmente usadas no contexto brasileiro e europeu, nomeadamente, as que se fundamentam em um sistema de *compliance* como técnica de governança pública, através da gestão de riscos de integridade, com o fim de demonstrar que é a estratégia que tem adquirido maior importância no fomento à cultura de integridade e na agenda política no combate à corrupção.

A temática mostra-se ajustada à linha de pesquisa em Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, pois trata-se sobre a aplicação dos programas de *compliance* como mecanismo de governança pública e gestão de risco de integridade na Administração Pública Local. O trabalho também se conecta à linha de pesquisa em Direito da União Europeia da Universidade do Minho, pois discorrerá sobre a perspectiva do empoderamento do espaço local baseado nas aproximações teóricas e práticas de descentralização e de autonomia do espaço local entre Brasil e União Europeia.

A implementação da gestão de riscos na Administração Pública, como instrumento de governança pública, é considerada como política pública de fomento à probidade e de manutenção do erário público. Nesse sentido, vislumbra-se que o instituto do *compliance* público é compreendido como um instrumento de governança capaz de mitigar os principais riscos que afetam a gestão pública, enquadrando-se na linha pesquisa dos respectivos programas.

Constata-se que a temática apresentada se relaciona diretamente com a área de pesquisa do professor orientador, Pós Doutor Ricardo Hermany devido às suas pesquisas em gestão local e políticas públicas, e ao co-orientador Dr. Carlos Eduardo de Abreu Amorin, da Universidade do Minho de Portugal em decorrência do seu vasto conhecimento em Direito da União Europeia e Direito Administrativos, os quais

aceitaram o desafio de averiguar a abordagem desta nova temática jurídica no âmbito da Administração Pública Local.

O estudo possui como base teórica o pensamento sobre a relevância dos entes locais de Gilberto Bercovici e Antonio Candido de Oliveira, além de autores sobre integridade na administração pública como Marcelo Zenkner e Irene Nohara.

O primeiro capítulo trata da análise histórica de consolidação do poder local na cultura política ocidental, tendo em vista a relevância dos entes locais na concretização do Estado Democrático de Direito. Far-se-á uma análise sobre as aproximações teóricas e práticas da descentralização e da autonomia local entre o Brasil e a União Europeia e a relação entre as políticas de integridade e o poder local sob a ótica do princípio da boa administração pública.

No segundo capítulo explanar-se-á sobre os principais pressupostos jurídicos-normativos de fomento à integridade na Administração Pública Local através dos principais marcos normativos de estímulo a integridade na administração pública brasileira e as diretivas europeias de contributo para a boa governança administrativa. Demonstrar-se-á as principais estruturas de gerenciamento de riscos e seus reflexos na administração pública brasileira e europeia, a sua função no combate à corrupção e os possíveis reflexos na administração pública brasileira e europeia

O terceiro capítulo concentra-se no estudo do instituto dos Programas de Integridade Pública na perspectiva Brasileira e Europeia e nas possibilidades de aplicação deste programa na gestão pública local como um instrumento fomento à cultura de integridade e, conseqüentemente, de combate à corrupção, na esfera administrativa. Amainado tal prelúdio, pretende-se a constatação das principais estruturas de gerenciamento de riscos e seus reflexos na administração pública brasileira e europeia, a sua função no combate à corrupção e os possíveis reflexos na transformação da cultura da administração pública brasileira e europeia.

Por fim, apresenta-se as considerações finais do trabalho, quando a governança, os programas de *compliance* públicos e de integridade, juntamente com a gestão de risco de integridade alinham-se, pois possuem os mesmos propósitos: fomentar a integridade pública, a transparência, a probidade e a eficácia na gestão dos serviços públicos. Assim, conferem legitimidade ética e jurídica no combate a corrupção ao promover a integridade como uma cultura transformadora da atuação dos gestores públicos locais.

REFERÊNCIAS

ARAÑA MUÑOZ, Jaime Rodríguez. **El buen gobierno y la buena administración de instituciones públicas**. Cizur Menor, Navarra: Editorial Aranzadi, 2006.

ISSO 19.600. Sistemas de Gestão de Compliance: Diretrizes. Rio de Janeiro: NBR, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000**: Gestão de riscos, princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ÁVILA, Marta Dulcélia Gurgel. Gestão de Riscos no Setor Público. **Revista Controle**, Ceará: Tribunal de Contas do Ceara, p. 179-198, 2014. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/gestaoderiscosnosetorpublico-unifor.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

BAQUER, Lorenzo Martin-Retortillo. De los derechos humanos al derecho a una buena administracion. In: RODRIGUEZ, Carmen Maria Avila; RODRIGUEZ, Francisco Gutierrez. **El derecho a una buena administracion y la ética publica**. Valencia: Tirant lo blanch, 2011. Pp. 43-54

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **O princípio da subsidiariedade: conceito e evolução**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BECK, Ulrich. (2016). **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. reimp. São Paulo: Editora 34.

BERCOVICCI, Gilberto. **Constituição e Estado de exceção permanente**: atualidade de Weimar. Rio de Janeiro: Azougue, 2004a.

BERCOVITCH, Gilberto. **Dilemas do estado federal brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2004b.

BERNSTEIN, Peter L. Desafio aos Deuses: **A fascinante História do Risco**. Rio de Janeiro. Editora: Campus, 1997.

BITENCOURT, Caroline Muller; RECK, Jânrie Rodrigues. A construção de categorias de observação do contrato publico e suas relações com a corrupção a partir de uma perspectiva processualista. *In.*: LEAL, Rogério Gesta. (org.). **Patologias corruptivas: as múltiplas faces da Hidra**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

BLOK, Marcella. **Compliance e governança corporativa**: atualizado de acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846) e o Decreto-Lei 8.421/2015. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

BLOCK., Marcela. **Compliance e governança corporativa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

BRASIL. **Câmara de Comércio Exterior. Resolução nº 62, de 23 de agosto de 2012**. Altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do

MERCOSUL. Brasília, DF: Câmara de Comércio Exterior, [2022]. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/1116-resolucao-n-62-de-23-de-agosto-de-2012>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. **Câmara de Comércio Exterior. Resolução nº 81, de 18 de setembro de 2014.** Condiciona o apoio oficial brasileiro à exportação à assinatura da Declaração de Compromisso do Exportador em atendimento aos compromissos assumidos pelo Brasil como parte da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Brasília, DF: Câmara de Comércio Exterior, [2022]. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/1397-resolucao-n-81-de-18-de-setembro-de-2014>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL **Decreto Federal nº 4.410**, de 7 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso "c". Brasília, DF: Presidência da República [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4410.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.** Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8420.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Guia de Integridade Pública.** Brasília, 2015a.

BRASIL. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Guia de Integridade Pública.** Brasília, 2015a.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Guia de Implementação de Programas de Integridade nas Empresas Estatais**. Brasília, 2015b.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Manual para implementação de programas de integridade**. Brasília, 2017.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Manual Prático de Avaliação de Programa de Integridade em PAR**. Brasília, 2018a.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Plano de Integridade da CGU**. Brasília, 2018b.

BRASIL. **Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015**. Regulamenta a Lei no 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8420.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 11.129 de 11 de julho de 2022**. Regulamenta a Lei no 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11129.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.129%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%202022&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.846,administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%2C%20nacional%20ou%20estrangeira. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htmls. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL – GOVERNO FEDERAL. **Portal brasileiro de dados abertos**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/portaibrasileirodadosabertos.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma nova gestão para um novo Estado: liberal, social e republicano. **Revista do servidor público**, ano 52, n. 1, 1 mar. 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

CADBURY COMMITTEE. **Report of the committee on the financial aspects of corporate governance**. Londres, 1992. Disponível em: <https://www.frc.org.uk/>

f2e29c1c271a/The-Financial-Aspects-of-Corporate-Governance-(the-Cadbury-Code). Acesso em: 9 set. 2022.

CANADA. PCO- Privy Council Office. **Risk management for canada and Canadians: report of the adm working group on risk management**. Ottawa: Government of Canada, 2000.

CANO, Carlos Aymerich; SOUTO, Carlos Amoedo. O controle da atividade da administração: apontamentos para uma nova abordagem. *In*: LEAL, Rogério Gesta; SILVEIRA, Alessandra Aparecida de Souza; CANO, Carlos Aymerich (orgs.). **IV seminário internacional hispano-luso-brasileiro sobre direitos fundamentais e políticas públicas**. Espanha: Bubok Editorial, 2018.

CANOTILHO, J. J. Gomes. O direito constitucional passa, o direito administrativo passa também. *In*. **Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares**. Coimbra: Editora Coimbra, 2001.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Compliance Público: Mudança de cultura para frear a esquizofrenia estatal**. Dezembro, 2019. Disponível em: <https://cafe.jmlgrupo.com.br/compliance-publico-mudanca-de-cultura-para-frear-a-esquizofrenia-estatal/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CARVALHO, André Castro Carvalho. **Atualização dos programas de compliance a partir do Decreto nº 11.129/2022**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-jul-24/publico-pragmatico-atualizacao-programas-compliance-partir-decreto-11129#_ftnref Acesso em: 4 ago. 2022

Controladoria Geral da União – CGU. **Programa de Integridade – Diretrizes para Empresas Privadas**. Brasília, DF: CGU, 2015. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>. Acesso em: abr. de 2021.

Controladoria Geral da União – CGU. **Guia prático de gestão de risco para a integridade – Orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília: CGU, 2018.

COELHO, C. C. B. P. **Compliance na administração pública: uma necessidade para o Brasil**. 3. ed. Guanambi: Revista de Direito da Faculdade Guanambi, 2016.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **REGULAMENTO (CE, EURATOM) Nº 2988/95**, de 18 de Dezembro de 1995 relativo à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias. Bruxelas, 1995. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A31995R2988> Acesso em: dez. 2022.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2017/1939**, de 12 de outubro de 2017 que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017R1939&from=PT> Acesso em: 1 nov. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia: Mercado Interno.** Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. Disponível em: http://publications.europa.eu/resource/cellar/f85c0e8f-4cdf-4859-be26-f9c17e7fbb6f.0022.02/DOC_1. Acesso em: 17 jan. 2022

COMISSÃO EUROPEIA. **Relatório da Comissão sobre a Governança Europeia.** Luxemburgo: 2003. Disponível em: https://ec.europa.eu/governance/docs/comm_rapport_pt.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. Governança Europeia. **Um livro branco (COM 2001, 428).** Bruxelas: 2001.

COMISSÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia: A luta da União Europeia contra a fraude e a corrupção.** Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015. Disponível em: <https://www.compete2020.gov.pt/admin/fileman/Uploads/publicacoes/Provisorios/A%20Luta%20da%20União%20Europeia%20contra%20a%20Fraude%20e%20Corrupção.pdf> Acesso em: dez. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. **Proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a Estratégia para o Mercado Único (2015/2354(INI)).** Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2016-0171_PT.html Acesso em: out. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicado da Comissão – Proteção dos interesses financeiros das comunidades na luta antifraude – para uma abordagem estratégica global COM/2000/0358.** Bruxelas, 2000. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2000:0358:FIN:PT:PDF>

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho e ao comité económico e social europeu: luta contra a corrupção na EU. COM (2011) 308 final.** Bruxelas: 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0308&from=PT>.

COMISSÃO EUROPEIA. COM/2000/0358. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52000DC0358&from=PT>
COMISSÃO EUROPEIA. SEC/2001.2029. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52001SC2029&from=PT>

COMISSÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia: Mercado Interno.** Bruxelas: 2014. Disponível em: http://publications.europa.eu/resource/cellar/f85c0e8f-4cdf-4859-be26-f9c17e7fbb6f.0022.02/DOC_1. Acesso em: 17 jan. 2022.

COMMITTEE. **The financial Aspects of Corporate Governance and Gee and Co. Ltd.** Londres:1992.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **REGULAMENTO (CE, EURATOM) Nº 2988/95** de 18 de Dezembro de 1995 relativo à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias. Bruxelas, 1995. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A31995R2988> Acesso em: dez. 2022.

COUNCIL OF EUROPE. **Carta Europeia da Autonomia Local**. Bruxelas: Council of Europe, 2021. Disponível em: <https://rm.coe.int/european-charter-of-local-self-government-prt-a6/16808d7ea0> Acesso em: 2 jun. 2022.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Conference on the Future of Europe - Proposals and related specific measures contained in the report on the final outcome of the Conference on the Future of Europe: Preliminary technical assessment**. Brussels: General Secretariat of the Council, 2022. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10033-2022-ADD-1/en/pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. OLIVEIRA, Antonio Candido de; HERMANY, Ricardo (Org.). **Municipalismo: Perspectivas da descentralização na América Latina, na Europa e no Mundo**. Brasília: 2017, CNM.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Manual para Implementação de Programas de Integridade: orientações para o setor público**. Brasília, DF, jul. 2017. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-eintegridade/arquivos/manual_profip.pdf. Acesso em: abr. 2022.

CORRALO, Giovani da Silva. **Município – a autonomia na federação brasileira**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2014.

COSO – Committe of Sponsoring organizations of the treadway Commission. **Internal Control – Integrated Framework**. New York: AICPA, 1992.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. **Enterprise Risk Management – Integrated Framework**. Jersey City: 2013.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. **Controle Interno: Estrutura Integrada – Estrutura e Anexos**. Traduzido por PWC. Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Disponível em: https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/COSOIIICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf Acesso em: abr. 2020.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. Os novos cenários transnacionais da democracia assimétrica. *In*: SILVEIRA, Alessandra (coord.). **Direito da União Europeia e Transnacionalidade**. Lisboa: Quid Juris, 2010.

DALLARI, Adilson Abreu. **Universidade Municipal: competência para legislar sobre os critérios de escolha do Reitor**. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, nº 32, p. 124-134, 2000., p. 124.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Ebook. Imperatriz: Ética, 2016. Disponível em: http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor-_Poder-Local-portal.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

DUARTE, Maria Luisa. **Direito Administrativo da União Europeia**. Coimbra: Editora Coimbra, 2008.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Elaboração de Planos de Capacitação** – Apostila. Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2383/1/Apostila%26CE_EPC_rev_final_24-11-15.pdf. Acesso em: abr. 2022.

EUR-LEX. Fraude e corrupção. **EUR-Lex**- Acesso ao direito da União Europeia, 2022. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/summary/chapter/fight_against_fraud.html?locale=pt&root_default=SUM_1_CODED%3D22. Acesso em: 28 abr. 2022.

EUR-LEX. Governança da UE. **EUR-Lex**- Governança da União Europeia, 2023. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:governance&print=true>. Acesso em: 25 jan. 2023.

EUROPEAN ANTI-FRAUD OFFICE - OLAF. **The OLAF Report 2021**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. Disponível em: https://anti-fraud.ec.europa.eu/system/files/2022-09/olaf-report-2021_en.pdf Acesso em: jan. 2023.

EUROPEAN PARLIAMENT RESEARCH SERVICE. **Combating corruption in the European Union**. European Union, 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/739241/EPRS_BRI\(2022\)739241_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/739241/EPRS_BRI(2022)739241_EN.pdf) Acesso em: Jan. 2023.

EUROPEAN COURT OF AUDITORS. European Court of Auditors 1977-2017: 40 years of public auditing, Publications Office, 2017.

EUROJUST. **A Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal**. Haia: 2020. Disponível em: https://www.eurojust.europa.eu/sites/default/files/2020-12/2020-08_Generic-factsheet_public_Final4_PT.pdf Acesso em: jan/ 2023.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Identifying Patterns of Fraud with EU Funds under Shared Management** - Similarities and Differences between Member States. Bruxelas: European Union, 2022. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/702671/IPOL_STU\(2022\)702671_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/702671/IPOL_STU(2022)702671_EN.pdf)

EUROPEAN PARLIAMENT. **Legislative initiative procedure. 2020/2129(INL) - Corporate due diligence and corporate accountability**. Disponível em: [https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2020/2129\(INL\)](https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2020/2129(INL)) Acesso em: Jan. 2023.

EUROPE. **Tenders GURU**. Disponível em: <https://antifraud-knowledge-centre.ec.europa.eu/system/files/2021-03/3.1.24%20Tenders%20GURU%20EN.pdf>
Acesso em: jan. 2023.

EVANS, Peter. The state as problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change”, in Stephan Haggart/Robert Kaufman (eds.). **Politics of Economic Adjustment**. Princeton University Press: 1992.

FERNANDES, Sophie Perez. As administrações públicas nacionais perante as situações residuais e transnacionais do direito da união europeia. *In*: SILVEIRA, Alessandra (coord.). **O direito da União Europeia e Transnacionalidade**. Lisboa: Quid Juris, 2010.

FIGUEIREDO, Apoliana Rodrigues. PESSOA JURÍDICA CORRUPTORA-LEI 12.846/2013. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, v. 2, n. 02, p. 38-54, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/view/35169/24030>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FONTES, José Isak de Oliveira; TORRES, Romoaldo Marroque.; G.; C. O papel do compliance e o sistemas de custos no setor público. *In*.: **Compliance: estudos interdisciplinares aplicados na gestão de instituições de ensino superior públicas**. GUIMARÃES, Patrícia [et al.]. Natal: EDUFRN, 2018.

FRANCE. **LOI no 2021-1031** du 4 août 2021 de programmation relative au développement solidaire et à la lutte contre les inégalités mondiales. Fort Brégançon: JOURNAL OFFICIEL DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE , 2021. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/download/pdf?id=gpWaZxUID8MoEHsNIqH-WvW-c5JqEb-SEAz0MfCl1vU>=Acesso em: jan. 2023.

FREEMAN, Robert Edward. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2009.

FROUFE, Pedro Madeira; GOMES, José Caramelo. *Mercado Interno e Concorrência*, *in DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA. ELEMENTOS DE DIREITO E POLÍTICAS DA UNIÃO* - Alessandra Silveira / Mariana Canotilho e Pedro Madeira Froufe (Coordenadores), Almedina, 2016, Capítulo VII, p.449 e ss.

FORTINI, Cristiana Fortini; SCHRAMM, Fernanda Santos. Direito Premial e os incentivos à integridade na Administração Indireta. *In*: ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coords.). **Compliance no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

G20. **The measurement of corruption in G20 countries: Overview and good practices**. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/corruption/G20-Anti-Corruption-Resources/Thematic->

Areas/Sectors/2021_The_measurement_of_corruption_in_G20_countries.pdf.
Acesso em: dez. 2022.

GABARDO, Emerson. **O JARDIM E A PRAÇA PARA ALÉM DO BEM E DO MAL** - uma antítese ao critério de subsidiariedade como determinante dos fins do Estado social. Curitiba: 2009, p. 221. Disponível em:
https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/19053/TESE_Emerson_Gabardo_Correta.pdf?sequence. Acesso em: dez. 2021.

GLOBAL SHAPER ANNUAL SURVEY. 2020. Disponível em:
<https://www.globalshapers.org/news-updates/annual-meeting-2020-highlights>

GRANDO, Artur Antônio. **O acto administrativo transnacional na supranacionalidade da União Europeia e na intergovernamentalidade do Mercosul**. 2013. 60 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Porto, Porto, 2013.

GRINDLE. Merilee. **Good Governance, R.I.P.: A Critique and an Alternative**. Jun. 2017. <https://doi.org/10.1111/gove>.

HABERMAS, Jürgen. **A Constelação Pós-Nacional**. Ensayos Políticos. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Litera Mundi, 2001.

HERMANY, Ricardo. **(Re)Discutindo o espaço local: Uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

HERMANNY, Ricardo. GIACOBBO, Guilherme Estima. **O município e o direito à cidade: políticas públicas tributárias e o enfrentamento da exclusão urbana no espaço local**. Revista de Direito da Cidade, vol. 10, nº 2. ISSN 2317-7721 pp. 806-833

HERMANY, Ricardo; GIACOBBO, Guilherme Estima. Participação democrática e poder local: as contribuições da subsidiariedade europeia na democracia brasileira. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/cccss/30/poder-local.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

HILL, Stephen. **Uma base para o Desenvolvimento de estratégias de Aprendizagem para a Gestão de Riscos no Serviço Público**; traduzido por Luís Marcos B. L. de Vasconcelos. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2003. (Cadernos ENAP, 23)

HILL, Stephen. **Guia sobre a gestão de risco no serviço público**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2000. (Cadernos ENAP, 30)

HUBERTS. **The integrity of governance – What it is, what we know, what is done, and where to go**. Cambridge: Palgrave Macmillan, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Brasília: IBCG, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código Brasileiro de Boas Práticas**. 5. ed. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/index.php/publicacoes/codigo-das-melhores-praticas>. Acesso em: abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: IBCG, 2019.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE PÚBLICO – IGCP. **Governança pública municipal: transformando sua administração**, Brasília: NT editora, 2021.

ITÁLIA. **Legge 6 novembre 2012, n. 190** - Disposizioni per la prevenzione e la repressione della corruzione e dell'illegalità nella pubblica amministrazione. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2012/11/13/012G0213/sg>. Acesso em: 2 dez. 2022.

KOHL, Cleize Carmelinda; LEAL, Mônia Clarissa Hennig. **Boa Administração Pública e fundamentos constitucionais das Políticas Públicas na perspectiva do Supremo Tribunal Federal**. RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 7, p. 188-196, 2015, p. 190.

LEAL, Rogério Gesta. Controle de Integridade e Administração Pública: sinergias necessárias. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, [S. l.], v. 41, n. 86, p. 148–169, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/72940>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LEAL, João Carvalho; TEIXEIRA, Alexandre Coelho; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Governança, federalismo e crise do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT. **Economia e Sociedade**, v. 29, p. 297-325, 2020.

LEAL, Rogério Gesta. Efeitos predatórios da corrupção no mercado e na sociedade civil: alguns indicadores. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 116, p. 467-496, 2018. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/download/580/467/0>. Acesso em: 07 nov. 2022.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, Administração Pública e Sociedade: novos paradigmas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LEAL, Rogério Gesta. **Patologias Corruptivas nas relações entre Estado, administração pública e sociedade: causas, consequências e tratamentos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

LEAL, Rogério Gesta. A corrupção como problema institucional: o impacto no âmbito dos poderes do Estado e da Sociedade Civil. *In: Patologias Corruptivas nas relações entre Estado, Administração Pública e Sociedade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013. p. 76-95.

LEAL, Rogério Gesta. Controle de Integridade e Administração Pública: sinergias necessárias. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, [S. l.], v. 41, n. 86, p. 148–169, 2021. p. 165. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/72940>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LIMA, Amanda Evelyn Cavalcanti de. **Mãos Limpas: objeto e ciência de uma operação anticorrupção italiana**. Trabalho apresentado no 44º Encontro da ANPOCS no GT 03 – Atores e Instituições Judiciais: sentidos e disputas em torno do direito. Sua realização contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes/MEC). 2020.

MARTINS, Margarida Salema d'Oliveira. **O princípio da subsidiariedade em perspectiva jurídico-política**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

MATIAS-PEREIRAa, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRAb, José. *A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro*. In.: **Administração pública e gestão social - APGS**. Viçosa. V.2. N.1. Pp. 109-134. Jan./mar. 2010.

MAXIMINO, Antônio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2021.

MELLO, Celso Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Governança corporativa no setor público brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

MESQUITA, Maria José Rangel de. **Direito da União Europeia**. Textos básicos. Lisboa: associação académica da faculdade de direito de Lisboa, 2010.

MEZZA, Ana Flávia. Transparência na gestão pública. In: FONSECA, Isabel Celeste M. (coord.). **Estudos de E. Governação, Transparência e Proteção de dados**. Coimbra: Almedina, 2021.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; OLIVEIRA, Vitorr Eduardo Tavares. **O Brasil e combate a corrupção internacional**. Brasília a. 46 n. 181 jan./mar. 2009

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Guia de Integridade Pública: **Diretrizes e Estratégias para a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional**. 1. ed. 2018. Disponível em: <http://www.cge.mg.gov.br/acge/institucional/plano-de-integridade-da-cge>. Acesso em: abr. 2020.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MIRANDA, Rodrigo Fontinelle de A. **Implementando a gestão de riscos no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

MOORE, Mark. **Criando valor público: gestão estratégica no governo**. Brasília: ENAP, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno: legitimidade, finalidade, eficiente e resultado**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MOURA, João Ricardo F.; DIZ, Jamile Bergamachine M.; CLARK, Giovani. **A evolução do conceito de governança na União Europeia e os mecanismos para sua efetivação**. *Revista de Direito Brasileiro*. São Paulo, 2016. V. 15, n. 6, p. 03-19.

MPOG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão**. Brasília, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/camil/Downloads/170330_Manual%20de%20GIRC.pdf. Acesso em: abr. 2022.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. 4. ed. Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

NASCIMENTO, Juliana Oliveira. Panorama internacional e brasileiro da governança, riscos, controles internos e compliance no setor público. *In: CASTRO, Rodrigo Pironte Aguirre de. Compliance, gestão de risco e combate à corrupção - integridade para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Reforma Administrativa E Burocracia: Impacto da Eficiência na Configuração do Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.

OCDE. **Fórum virtual Anticorrupção e Integridade**. Disponível em: https://www.oecd.org/gov/ethics/meetingsconferencesagendas/2022_GACIF_highlights.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

OCDE. **Analytics for Integrity - data-driven approaches for enhancing corruption and fraud risk assessments**. 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/analytics-for-integrity.pdf> Acesso em: 1 dez. 2022.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendações do conselho da OCDE sobre integridade pública**. 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>.

OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. **O cidadão como parceiro**. Brasília, MPOG: 2002. Disponível em: <http://siare.clad.org/siare/innotend/control/420114ue.pdf> Acesso em: 14 abr. 2022.

OCDE. **Manual de Integridade Pública da OCDE**. 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/db62f5a7-pt/index.html?itemId=/content/publication/db62f5a7-pt>. Acesso em: out. 2022.

OECD. **Principles of Corporate Governance**. Paris: OECD, 2004.

OLACEFES – Organización Latino Americanay del Caride de Entidades Fiscalizadoras Superiores. **Manual de boas práticas de combate à corrupção**. Grupo de Trabalho Especializado na Luta contra a Corrupção Transnacional (GTCT). 2021.

OLIVEIRA, André Ferreira de. Os recentes movimentos legislativos portugueses relativos aos programas de cumprimento normativo: um passo rumo à desresponsabilização criminal? **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 59, n. 235, p. 147-168, jul./set. 2022.

OLIVEIRA, Antônio Cândido. A autonomia local na Europa: um pilar da democracia. *In: O poder local na construção de uma nova realidade*. Brasília: CNM, 2012.

OLIVEIRA, António Cândido. **A democracia local em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

OLIVEIRA, António Cândido. **A democracia local**: aspectos jurídicos. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

OLIVEIRA, António Cândido. Perspectiva geral (Municipalismo na Europa). *In: Municipalismo: perspectivas da descentralização na América Latina, na Europa e no Mundo*. Brasília: Comissão Nacional de Municípios. 2017.

OLIVEIRA, António Cândido. A autonomia local na Europa: um pilar da democracia. *In.: O poder local na construção de uma nova realidade*. Brasília: Comissão Nacional de Municípios. 2012.

OLIVEIRA, António Cândido de; MAIA, Catherine. Poder local: as experiências dos países europeus e o caso da Tunísia. **Questões Atuais de Direito Local**, n. 12, p. 27-41, 2016.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Analytics for Integrity** - data-driven approaches for enhancing corruption and fraud risk assessments. Paris: OECD, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/analytics-for-integrity.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Global Anti-corruption & Integrity Forum**. Paris: OECD, 2022. Disponível em: https://www.oecd.org/gov/ethics/meetingsconferencesagendas/2022_GACIF_highlights.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Manual de Integridade Pública da OCDE**. Paris: OECD, 2020. Disponível em:

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/db62f5a7-pt/index.html?itemId=/content/publication/db62f5a7-pt>. Acesso em: 24 out. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **O cidadão como parceiro**. Brasília, MPOG: 2002. Disponível em: <http://siare.clad.org/siare/innotend/control/420114ue.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Recomendações do conselho da OCDE sobre integridade pública**. Paris: OECD, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022

PARLAMENTO EUROPEU. **REGULAMENTO (UE, EURATOM) Nº 883/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO**: relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (CE) nº 1073/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (Euratom) nº 1074/1999 do Conselho. Bruxelas 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32013R0883&from=pt> Acesso em: dez. 2022.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolução (2022/C 117/17)**, de 16 de setembro de 2021, sobre o reforço da transparência e da integridade nas instituições da UE através da criação de um organismo de ética independente da EU. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021IP0396&from=EN> Acesso em: jan. 2023.

PIRANTELLI, João Paulo Machado. Administração Pública e transparência de gestão na Lei nº 13.979/2020: inovação regulatória para a solução de crises? In.: SAIKALI, Lucas Bossoni; ANDRADE, Giulia De Rossi; DOTTA, Alexandre Godoy. (Orgs.). **Direito Administrativo e Inovação**: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Curitiba: GRD, 2021

PEREIRA JÚNIOR, Jesse Torres Pereira; DOTTI, Marines Restelatto. **Alterações do Contrato Administrativo**: releitura das normas de regência à luz do gerenciamento de riscos, em gestão pública comprometida com resultados. **Revista TCU**, p. 77-94, jan./abr. 2009.

PEREZ FILHO, Augusto Martinez. **O compliance na Administração Pública**: combate à corrupção e efetivação do direito à boa administração. São Paulo: J. H. Mizuno, 2019. Ebook.

PONÇONI, Maykel. **Compliance na Administração Pública Direta**. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

PORTUGAL. Assembleia da República. **Decreto nº 212/XIV/3**. Estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. Lisboa: Assembleia da República, 2021a. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=23357>. Acesso em: 5 out. 2022.

PORTUGAL Assembleia da República. **Decreto nº 213/XIV/3**. Aprova medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas. Lisboa: Assembleia da República, 2021b. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=23358>. Acesso em: 5 out. 2022.

PORTUGAL **Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024**. Lisboa: s. n., 2020a. Disponível em: <https://justica.gov.pt/Portals/0/Ficheiros/Organismos/JUSTICA/ENAC010421.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PORTUGAL **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-2024**. [Lisboa]: República Portuguesa, 2020b. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDxMQAAAnRDZFAUAAAA%3d>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PORTUGAL. **Lei nº 93/2021, de 20 de dezembro**. Estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. Lisboa: Diário da República Eletrónico, 2021c. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/93/2021/12/20/p/dre/pt/html>. Acesso em: 10 ago. 2022

PORTUGAL **Decreto-lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro**. Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção. Lisboa: Diário da República Eletrónico, 2021d. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/109-e/2021/12/09/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2 jun. 2022.

PRIVY COUNCIL OFFICE. **Risk management for Canada and Canadians**: report of the adm working group on risk management. Ottawa: Government of Canada, 2000.

PUNDER, Patrícia. FCPA – Foreign Corruption Practices Act: o começo de tudo! In: KALAY, Márcio El.; CUNHA, Matheus Lourenço Rodrigues da. (Orgs.) **Manual de compliance**: compliance mastermind vol. 1. São Paulo: Lec - Legal, Etichs and Compliance, 2019. Cap. 1, p. 17-37.

RAMINA, Larissa. A Convenção Interamericana contra a corrupção: uma breve análise. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, n. 6, 2009. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/21>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RECH, Adir Ubaldo. **O poder local**: formação e o papel dos Municípios no estado brasileiro. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2000.

REDE GOVERNANÇA BRASIL – RGB. **Governança pública municipal**: Transformando sua administração. Instituto Latino - Americano de Governança e Compliance Público (coord.). 1. ed. Brasília: NT Editora, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Governo do Estado; Palácio Piratini, [2022]. Disponível em: <https://ww3.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2015.228.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020**. Regulamenta a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a administração pública estadual e a exigência de programa de integridade, de que trata a Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, no âmbito do Poder Executivo. Porto Alegre, RS: Governo do Estado; Palácio Piratini, [2022]. Disponível em: <https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/202101/04134931-decreto-55631-09122020.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ROCHA, Joaquim Freitas da. **Direito financeiro local**: finanças locais. Braga: CEJUR, 2009.

ROCHA, Joaquim Freitas da Rocha. **O Tribunal de Contas da União Europeia**. Braga: 2018. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/69707/1/TdC%28UE%29.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Direito penal económico**: uma política criminal na era compliance. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2020.

RODRIGUES, Laura gomes. **O princípio da autonomia procedimental e o procedimento para concessão de visto pelos Estados-Membros da União Europeia. Os novos desafios da interoperabilidade em matéria de vistos**. In.: O Mercado Único Digital da União Europeia como desígnio político: a interoperabilidade como o caminho a seguir. Coord. SILVEIRA, Alessandra; ABREU, Joana Covelo de; COELHO, Larissa. Braga, julho 2019.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTANA, C.T.R; ABREU, C.C; FILHO; S.F. *O compliance* no contexto do processo sucessório na gestão pública universitária. In.: GUIMARÃES, Patrícia *et al.* (org.). **Compliance**: estudos interdisciplinares aplicados na gestão de instituições de ensino superior públicas. Natal: EDUFRN, 2018.

SANTOS JR., Belisário dos; PETITAN, Angélica. Por uma cultura da integridade agora. *In*: CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (coord.). **Compliance, gestão de risco e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

SANTOS, Marcel de Souza e Silva. **Gestão da mudança organizacional: uma revisão teórica**. Dissertação de Mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Administração Pública e os direitos fundamentais**. Aula proferida na Escola da Magistratura do TRF-4ª Região, Curso Permanente, Módulo II, Direito Administrativo [on-line]. 2017. Disponível em: http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_atividades/ingowolfgang sarlet.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

SENATE SELECT COMMITTEE ON PRESIDENTIAL CAMPAIGN ACTIVITIES. **The Watergate Committee**. U.S. Senate Historical Office, Washington, D.C. Disponível em: <https://www.senate.gov/about/resources/pdf/watergate-investigation-citations.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

SILVA, Carlos Sérgio Gurguel. **A tutela supranacional e comunitária do meio ambiente e do urbanismo: o caso da União Europeia**. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90629/tutela-supranacional-e-comunitaria-do-meio-ambiente-e-do-urbanismo>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Alice Rocha da; SANTOS, Ruth Maria Pereira dos. **As diretivas europeias como norma reguladora do direito administrativo global**. Revista do Direito Internacional, Brasília, v. 13, n 3, 2016.

SILVEIRA, Alessandra. **Princípios de direito da união europeia: doutrina e jurisprudência**. Lisboa: Quid juris, 2011.

SILVEIRA, Alessandra. **Tratado de Lisboa - versão consolidada**. 5º ed. Lisboa: 2021.

SIMÃO, Valdir Moyses. Prefácio. *In*.: **Implementando a gestão de riscos no setor público**. MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de A. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 2º ed.

SLMOSKI, Valmor. **Governança corporativa e governança na gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Global Corruption Barometer European Union 2021 – citizens`views and experiences of corruption**. Disponível em: TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2021. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 3 dez. 2022.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL. **Índice de percepção da corrupção**. 2021. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2021>. Aceso em: jan. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial Básico de Governança Organizacional**: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. Brasília: TCU, 3. ed., 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019**. Relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. [S. l.]: EUR-Lex, 2019. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/dir/2019/1937/> Acesso em: 2 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Acordo de Cotonu**. ACORDO DE PARCERIA entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a comunidade europeia e os seus Estados- - Membros assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000. Cotonu: União Europeia; Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2000a. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:eebc0bbc-f137-4565-952d-3e1ce81ee890.0009.04/DOC_2&format=PDF. Acesso em: 22 jan. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**. União Europeia: Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2000b. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva (UE) 2017/1371 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2017**. Relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal. Estrasburgo: União Europeia; Jornal Oficial da União Europeia, 2017. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32017L1371>. Acesso em: 2 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019**. Relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. União Europeia: Jornal Oficial da União Europeia, 2019. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/dir/2019/1937/>. Acesso em: 2 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (CE) n. 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2001**. Relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Bruxelas: União Europeia; Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2001. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001R1049&from=PT>. Acesso em: 2 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (CE, EURATOM) n. 2988/95 do Conselho, de 18 de dezembro de 1995**. Relativo à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias. Bruxelas: União Europeia; Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 1995. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7b4a2174-0293-457a-9bdc-fe2d298d8d79/language-pt/format-PDFA1B>. Acesso em: 18 dez. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2017/1939, de 12 de outubro de 2017**. Dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia.

União Europeia, Jornal Oficial da União Europeia, 2017. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017R1939&from=PT>. Acesso em: 1 nov. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2021/785 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2021**. Cria o Programa Antifraude da União e revoga o Regulamento (UE) n.º 250/2014. Bruxelas: União Europeia; Jornal Oficial da União Europeia, 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R0785&from=PT>. Acesso em: 2 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2021/947 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de junho de 2021**. Cria o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global, e que altera e revoga a Decisão n.º 466/2014/UE e revoga o Regulamento (UE) 2017/1601 e o Regulamento (CE, Euratom) n.º 480/2009 do Conselho. Estrasburgo: União Europeia; Jornal Oficial da União Europeia, 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32021R0947&qid=1660622850101&from=PT#d1e4073-1-1>. Acesso em: 2 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2017/1939, de 12 de outubro de 2017**. Dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia. Luxemburgo: União Europeia; Jornal Oficial da União Europeia, 2017. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017R1939&from=PT>. Acesso em: 1 nov. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) n.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013**. Relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1073/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (Euratom) n.º 1074/1999 do Conselho. Estrasburgo: União Europeia; Jornal Oficial da União Europeia, 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2013/883/oj/por>. Acesso em: 22 dez. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. European Anti-Fraud Office. **The OLAF Report 2021**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. Disponível em: https://anti-fraud.ec.europa.eu/system/files/2022-09/olaf-report-2021_en.pdf

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Amsterdã: Protocolo Relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade**. 1997. Disponível em: < <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:310:0207:0209:PT:PDF> > Acesso em: 06 de nov. de 2022.

USA – DEPARTMENT OF JUSTICE. **Fireung Corrupt Practices Acts**,. Disponível em: <https://www.justice.gov/criminal-fraud/foreign-corrupt-practices-act> Acesso em: out. 2021.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Direito fundamental à boa administração e governança**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

VEIGA, Paula. **Não baste ser, é preciso parecer**. 2019. Disponível em: <https://www.ver.pt/nao-basta-ser-e-preciso-parecer/>. Acesso em: 11 set. 2022.

VERSANI, Fernanda Valle. Governança corporativa no direito comunitário europeu: lições para o direito brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 64, p. 413 - 434, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2014v64p413>. Acesso em: 3 out. 2022.

VIANA, Pedro Nilson Moreira. **Como funciona o compliance na Europa?** Relatos de pesquisa junto a Universidade Autônoma de Lisboa (UAL). Jusbrasil: 2020. Disponível em: <https://pedronilsonmoreiraviana.jusbrasil.com.br/artigos/759776842/como-funciona-o-compliance-na-europa> Acesso em: jan. 2023

VOTTO CRUZ, Arthur; GIACOBBO, Guilherme E. Desafios do princípio da subsidiariedade no Brasil: a possibilidade de uma classificação organizacional entre municípios de pequeno e grande porte. **Revista Jurídica da CNM**, v. vi, p. 59-77, 2019.

ZENKNER, Marcelo. **Integridade governamental e empresarial: um espectro da repressão e da prevenção à corrupção no Brasil e em Portugal**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

ZIMMER JÚNIOR, Aloísio; NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Compliance anticorrupção e das contratações públicas**. 1ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil 2021.